



#003 – Quatro em cada dez alunos brasileiros do 4º ano não dominam a leitura. Já estamos acostumados com isso?

18/5/2023

No dia 16 de maio, foram divulgados os resultados de um estudo internacional que avaliou em 2021 a leitura de estudantes do 4º ano do ensino fundamental – o Estudo Internacional de Progresso em Leitura. Nesta avaliação, o Brasil teve um resultado inferior a 58 dos 65 países e regiões participantes. Ficando atrás de nações pobres, como Azerbaijão e Uzbequistão.

[Ouça o Ep #003 PodProf](#)

[Ou Leia o texto abaixo](#)

Este é o [PodProf](#). Eu sou Claudia Alves e vou discutir ***“Quatro em cada dez alunos brasileiros do 4º ano não dominam a leitura - Já estamos acostumados com isso?”***

O mau desempenho dos alunos brasileiros nas avaliações internacionais não chega a ser uma novidade no cenário educacional e, tão pouco, pode ser compreendido apenas como efeito colateral da pandemia.

É verdade que o isolamento social acirrou problemas na esfera educacional. Provocou aumentos na perda de aprendizado, nas desigualdades de aprendizado, na evasão escolar; além de impactar negativamente o bem-estar e a saúde mental dos alunos.

Entretanto, resultados do desempenho dos alunos brasileiros em outras avaliações evidenciam a recorrência problema. O PISA, por exemplo, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes que avalia conhecimentos de leitura, matemática e ciências de jovens de 15 anos mostram, desde sua primeira edição, em 2000, que o país patina há muitos anos na implementação de políticas educacionais que altere de modo significativo este panorama.

Os resultados do Estudo Internacional de Progresso em Leitura serão tomados para realização de análises sobre a situação educacional brasileira. E, neste sentido, parece oportuno trazer alguns elementos para discussão sobre a estas avaliações.

E o primeiro deles diz respeito ao fato de que as avaliações internacionais têm limitações óbvias. Talvez a mais importante seja que elas não conseguem captar todos os ângulos do complexo

fenômeno educacional. O que pode induzir ações desavisadas, ou mesmo tendenciosas que conferem exclusividade às questões referentes às metodologias de ensino.

Ou seja, cogitar que o mau desempenho dos alunos esteja localizado, essencialmente, em inadequações metodológicas. A ideia de que as distorções entre as etapas de escolarização e o desempenho cognitivo seja um problema mais individual do que social.

Perspectiva a partir da qual, as soluções apresentadas ficam restritas a programas de aceleração de aprendizagens – afinal, nesta ótica, são os alunos que não estão conseguindo dar conta de atingir os objetivos definidos nos testes; ou ainda, limitam-se à preparação de professores – que em tese, não estariam utilizando as estratégias de ensino adequadas para a aquisição dos conhecimentos testados.

Nossa! Minha única dúvida em relação a esse aspecto é se estas conclusões são mais arcaicas, ou mais tendenciosas. Uma vez que sabemos que responsabilizar, alunos, famílias e professores sobre a persistência dos problemas educacionais é sempre a solução mais fácil e mais frequente diante dos desafios de implementar projetos de efetiva transformação da educação.

A única certeza que tenho é que elas resultam sempre em ações basicamente corretivas que consistem no treinamento de alunos e professores. Para de modo artificial, reverter apenas o dado, a posição no ranking. Sem corresponder a mudanças efetivas no projeto educacional do país.

Ações que consomem a energia de educadores em propostas ultrapassadas em termos pedagógicos e que mascaram o problema real.

Hora se voltam ao enaltecimento do trabalho realizado em escolas de exceção tratadas como exemplo e cujas propostas pedagógicas perdem efeito quando vão ganhando escala – como bem ilustram o denominado Novo Ensino Médio e as propostas pedagógicas das escolas cívico-militares.

E em outros momentos, à abordagem da metodologia de ensino como redentora dos problemas da educação, culmina na idealização da educação de tempos remotos.

Quem ainda não ouviu a expressão: “a educação de antigamente é que era boa! ”? Boa para quem? Certamente não para o contingente expressivo de crianças e adolescentes mantidos a margem da escolarização na dita boa educação de antigamente.

Há farto material que mostra que os resultados da chamada “boa escola de antigamente” eram garantidos muito pela sua capacidade de excluir do que de ensinar.

Apesar dessas metodologias saudosistas não apresentarem mais nenhum tipo de ligação com o tempo presente no que diz respeito as competências e habilidades requeridas aos sujeitos do mundo contemporâneo, são apresentadas como alternativa para solução de desafios atuais. Como é o caso, por exemplo, do retorno dos ultrapassados métodos fônicos nas práticas de alfabetização que vem sendo implementado oficialmente em diversas redes municipais de ensino pelo país com o apelo de que são metodologicamente mais adequados a efetivação das aprendizagens da leitura escrita. Adequado ao quê? A formação de qual tipo de leitor?

Definitivamente, as avaliações internacionais não podem ser tomadas como orientadoras da reprogramação das políticas educacionais. Até porque, elas secundarizam o fato de que em países menos desenvolvidos os resultados são respaldados por uma dura realidade de escolas

sem infraestrutura adequada – sem laboratórios, sem bibliotecas; muitas vezes sem banheiro, sem rede de água e esgoto, sem luz elétrica e assim por diante.

Desigualdades que tornam os rankings produzidos a partir do desempenho dos alunos nos diferentes países absurdamente injustos.

A comparação educacional entre países que estão em situações e processos de desenvolvimento distintos pode ter seus resultados facilmente antecipados sem nenhuma dificuldade.

É difícil imaginar quais são os países e regiões que estão dentro do desempenho esperado nestas avaliações?

No caso do Brasil, sabemos que o que garante, ao país, assento permanente nos piores lugares destes ranqueamento é o baixo investimento feito em educação.

Ocorre que o Brasil investe muito menos em educação do que os países desenvolvidos e, além disso conta com fatores contextuais que dificultam o trabalho dos educadores e a aprendizagem dos alunos.

Mas, justiça seja feita: há um mérito inquestionável nas avaliações internacionais sobre o desempenho dos estudantes. Elas impõem dificuldades à ocultação dos efeitos das desigualdades sociais. Explicitam a existência de uma forte correlação entre o desempenho educacional e o desenvolvimento econômico. E que o insucesso educacional coletivo é produto de uma lógica social.

As sucessivas piores posições do Brasil nestas avaliações e a crenças de que os expressivos índices de insucesso dos alunos só podem ser revertidos a partir de uma reação proporcional da própria sociedade me fizeram lembrar da crônica de Marina Colasanti: *Eu sei, mas não devia* - publicada em 1972.

No início do texto ela diz

Eu sei que a gente se acostuma. Mas não devia.

A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor.

E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora.

E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas.

E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz.

E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplidão.

Será que a tímida reação da sociedade a constância dos resultados negativos nas avaliações de desempenho dos estudantes indica que estamos acostumados com os efeitos da desigualdade social?

Isso pode prof?

Acompanhe no nosso Instagram o lançamento dos próximos episódios deste podcast.
Registra lá seus comentários, opiniões ou sugestões.

Você pode ouvir o [PodProf](#) no [Spotify](#)



www.profs-intelecto.com.br

